

GABARITO

1.º SIMULADÃO – 60 QUESTÕES

A.E.P.

1. Sobre a Seguridade Social, é incorreto afirmar:

- a) O dever constitucional de garantir a Seguridade Social imposto aos Poderes Públicos e à sociedade demonstra que a solidariedade é o fundamento da seguridade social.
- b) Têm direito à saúde patrocinada pelo Estado apenas os pobres na forma da lei, ou seja, aqueles que se enquadrem nos critérios legais do Sistema Único de Saúde.
- c) A proteção na área da previdência social é direito subjetivo dos segurados, ou seja, daqueles que contribuem para o custeio do sistema.
- d) O direito subjetivo às prestações da assistência social impõe o preenchimento dos requisitos legais e independe de contribuição para o custeio.
- e) A gestão da seguridade social é quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Poder Público nos órgãos colegiados.

2. A Seguridade Social é regulada por princípios próprios. Acerca desses princípios, assinale a alternativa incorreta.

- a) Pelo princípio da universalidade, é garantido a todos que vivem no território nacional ampla cobertura nas áreas de assistência, previdência e saúde, independentemente de qualquer contribuição.
- b) Pelo princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, trabalhadores urbanos e rurais têm direito ao mesmo plano de proteção social. Por tal motivo, as trabalhadoras rurais atualmente têm direito ao salário-maternidade, assim como as urbanas.
- c) Pelo princípio da seletividade na prestação dos benefícios e serviços, cabe ao legislador selecionar as contingências geradoras das necessidades que a seguridade deve cobrir. É opção política que deve levar em conta a

prestação que propicie maior proteção social e, por consequência, maior bem-estar.

d) Pelo princípio da distributividade dos benefícios e serviços, deve-se distribuir para os que mais necessitam de proteção, com a finalidade sempre, de reduzir desigualdades.

e) Pelo princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, a renda mensal do benefício não pode ser reduzida. Os benefícios devem ainda ser reajustados, a fim de preservar seu valor real.

3. A seguridade social deve ser financiada por toda a sociedade e pelos poderes públicos. Por isso, o custeio é feito por meio de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições pagas pelo empregador, pela empresa ou entidade a ela equiparada, pelo trabalhador, pelas contribuições incidentes sobre as receitas dos concursos de prognósticos e pelas contribuições pagas pelo importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. Há ainda a possibilidade de instituição de outras fontes de custeio destinadas a garantir a expansão da seguridade social (art. 195 da CF).

O texto acima refere-se:

- a) à universalidade de cobertura.
- b) à universalidade de atendimento.
- c) à irredutibilidade dos benefícios.
- d) à diversidade da base de financiamento.**
- e) à seletividade.

4. O Direito Previdenciário é ramo autônomo do direito, que possui regras de interpretação que lhe são peculiares. Acerca da interpretação do Direito Previdenciário, assinale a alternativa correta:

a) A dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, a solidariedade social, o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos são as diretrizes da elaboração e interpretação do direito previdenciário.

b) A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais somente são possíveis com a efetivação dos direitos sociais, dentre os quais se enquadram os direitos previdenciários.

c) Para o constituinte, a distribuição dos benefícios e obrigações sociais entre todos contribui para a redução das desigualdades sociais.

d) Os resultados da interpretação da legislação previdenciária nunca podem acentuar desigualdades nem contrariar o princípio da dignidade da pessoa humana.

e) **Todas estão corretas.**

5. Acerca das fontes do Direito Previdenciário, assinale a alternativa incorreta:

a) São fontes materiais do direito previdenciário os aspectos sociais, econômicos e políticos que, num dado momento do tempo, ocasionaram a produção da norma jurídica, fornecendo a matéria dessa norma.

b) São fontes formais do direito previdenciário as normas que regem as relações jurídicas relativas à proteção social previdenciária. A Constituição Federal é a fonte formal de maior hierarquia.

c) As emendas constitucionais que procedem a reformas de regras constitucionais relativas a aposentadoria são fontes formais de direito previdenciário.

d) **As instruções normativas e as portarias do Ministério da Previdência Social são fontes materiais do Direito Previdenciário.**

e) O aumento da população idosa e seus reflexos sociais e econômicos são fontes materiais do Direito Previdenciário, quando levam a alterações em normas relativas ao sistema previdenciário.

6. Analise as assertivas a seguir acerca do financiamento da Seguridade Social:

I - A competência para instituir as contribuições previdenciárias do chamado Regime Geral de Previdência Social é da União. Todavia, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também têm competência para instituir e cobrar de seus servidores contribuições destinadas ao financiamento de regimes próprios de previdência e assistência social.

II - Aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, após a chamada Reforma da Previdência, estão sujeitos ao pagamento de contribuição previdenciária.

III - É vedado à União exigir ou aumentar contribuição previdenciária sem lei que o estabeleça, bem como cobrar contribuições em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que as instituiu ou aumentou.

IV - Os tributos em geral sujeitam-se ao princípio da anterioridade, que determina que a lei que os instituiu ou aumentou tem de estar em vigor antes do exercício financeiro em que serão cobradas. As contribuições sociais, todavia, podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que foram instituídas ou modificadas, desde que respeitado o decurso de 90 dias após a publicação da lei.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II estão corretos.
- b) I, II e IV estão corretos.
- c) II, III e IV estão corretos.
- d) I, III e IV estão corretos.
- e) Todos estão corretos.

7. A Previdência Social visa fornecer meios indispensáveis à subsistência do indivíduo, quando ocorrer certa contingência expressamente prevista em lei. São beneficiários da Previdência Social:

- a) Todas as pessoas pertencentes a famílias com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo.
- b) Todos os cidadãos.
- c) Todos os segurados, ativos ou inativos, e seus parentes, na linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.
- d) Todos os segurados e seus dependentes.
- e) Todos os cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos de idade.

8. Acerca do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, não se pode afirmar que:

- a) São excluídos do RGPS aqueles que possuem plano de previdência privada há mais de 15 anos.
- b) Os servidores civis titulares de cargos efetivos da administração direta e indireta, das autarquias e fundações, no âmbito federal, estadual ou municipal, submetidos a sistema próprio de previdência social são excluídos do RGPS.
- c) A idade mínima exigida para filiação ao RGPS é de 16 anos, exceto no caso de menor aprendiz, em que o vínculo é permitido aos 14 anos de idade.
- d) É segurado obrigatório quem exerce atividade remunerada efetiva ou eventual, com ou sem vínculo empregatício, a título precário ou não.
- e) A filiação do segurado facultativo é ato volitivo, tendo em vista que este não exerce atividade remunerada. São exemplos de segurados facultativos a dona-de-casa e o estudante.

9. Não é segurado obrigatório do RGPS:

- a) O síndico do condomínio não remunerado.
- b) O empregado doméstico.
- c) O contribuinte individual.
- d) O segurado especial.
- e) O segurado aposentado que voltou a exercer atividade remunerada no âmbito do RGPS.

10. É segurado obrigatório, apesar de exercer atividade no exterior:

- a) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou agência de empresa constituída sob as leis brasileiras, ainda que tenha sede e administração no exterior.
- b) O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, ainda que amparado previdenciariamente pela legislação vigente no país de domicílio ou pelo sistema previdenciário do respectivo organismo internacional.
- c) O brasileiro civil que trabalha, no exterior, para organismos internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, ainda que amparado previdenciariamente pela legislação vigente no país de domicílio ou pelo sistema previdenciário do respectivo organismo internacional.
- d) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior como maioria do capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no país e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidade de direito público interno.
- e) A dona-de-casa que acompanhe companheiro brasileiro que preste serviço no exterior para entidade da administração pública direta.

11. Segurado empregado é a pessoa física que presta serviço de caráter não eventual à empresa, sendo este serviço remunerado e subordinado.

São segurados empregados:

- a) Os trabalhadores temporários.
- b) Os servidores efetivos, ainda que amparados por regime próprio de previdência social.
- c) Os servidores públicos ocupantes de cargos comissionados.
- d) Os servidores contratados temporariamente para atender a excepcional interesse público.
- e) Os empregados públicos.

12. Sobre o segurado trabalhador avulso, é correto afirmar:

- a) Não prestam serviço de natureza rural.
- b) Possuem vínculo empregatício com as empresas tomadoras do serviço.
- c) Prestam serviços com intermediação do sindicato ou do órgão gestor de mão de obra.
- d) Sua filiação do RGPS é facultativa.
- e) Não têm direito a aposentadoria especial.

13. Se a patroa, ciente dos dotes culinários de sua empregada doméstica, resolve vender doces e salgados confeccionados pela trabalhadora, é correto afirmar que:

- a) A trabalhadora passará a ser considerada trabalhadora avulsa.
- b) A patroa, antes empregadora doméstica, passa à condição de contribuinte individual (como segurada) e de equiparada à empresa para fins de contribuição previdenciária.
- c) A trabalhadora continuará sendo considerada empregada doméstica, tendo em vista que a prestação do serviços é feita no âmbito da residência da patroa.
- d) A trabalhadora será considerada diarista, enquadrando-se como contribuinte individual.
- e) A trabalhadora será considerada empresária, enquadrando-se como contribuinte individual.

14. O empregado doméstico não tem direito a:

- a) Aposentadoria especial, salário-família e auxílio-acidente.
- b) Aposentadoria especial, salário-maternidade e auxílio-doença.
- c) Aposentadoria por tempo de contribuição e salário-família.
- d) Salário-família e salário-maternidade.
- e) Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário-família.

15. Não se enquadra como contribuinte individual:

- a) O empresário.
- b) O garimpeiro.
- c) O médico residente.
- d) O gestor remunerado de empresa ou condomínio.
- e) O pescador artesanal.

16. Acerca do contribuinte individual é correto afirmar:

- a) Somente terá direito a salário-maternidade se cumprida a carência de 10 contribuições, a qual pode ser reduzida em caso de parto antecipado (prematureo).
- b) Em nenhuma hipótese terá direito a aposentadoria especial.
- c) Caso exerça mais de uma atividade, deverá contribuir para a Previdência relativamente àquela que lhe garanta a maior remuneração.

- d) Não tem direito a auxílio-doença e auxílio-acidente.
- e) É responsável pelo recolhimento da própria contribuição, ainda quando preste serviço a empresa, tendo em vista que esta não paga contribuição ao tomar serviço daquela que não é empregado.

17. São segurados especiais, exceto:

- a) Os produtores rurais de pequeno porte (área de terra explorada de até 4 módulos fiscais) que trabalham em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.
- b) Os seringueiros.
- c) Os pescadores artesanais.
- d) Os garimpeiros.
- e) Os assemelhados a pescador artesanal, como os caranguejeiros.

18. Os cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade do segurado especial são considerados também segurados especiais, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo respectivo. Todavia, não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

- a) Exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais.
- b) Atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
- c) Benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
- d) Benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista de trabalhadores/produtores rurais.
- e) Todas estão corretas.

19. Não são considerados segurados empregados:

- a) O diretor empregado.
- b) Os servidores públicos exercentes de mandato eletivo.
- c) O estagiário.
- d) Os trabalhadores rurais.
- e) O menor aprendiz.

20. Servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, amparado por regime próprio de previdência, e que exerce concomitantemente à função pública a profissão de professor de universidade particular:

- a) Não poderá filiar-se ao RGPS.
- b) Poderá filiar-se ao RGPS como contribuinte facultativo.

- c) É filiado obrigatório do RGPS, no que diz respeito à profissão de professor, na qualidade de segurado empregado.
- d) É filiado obrigatório do RGPS em relação a ambas as funções, vez que a existência de regime próprio de previdência municipal não exclui a filiação ao regime geral.
- e) Poderá facultativamente filiar-se ao RGPS como contribuinte individual.

21. Não se confundem os conceitos de filiação ao RGPS e inscrição no RGPS. Acerca de tais conceitos, analise as seguintes assertivas:

I - A filiação pode ser obrigatória (segurado obrigatório) ou facultativa (segurado facultativo). Na qualidade de segurado obrigatório, a filiação decorre automática e obrigatoriamente do exercício de atividade remunerada abrangida pelo RGPS.

II - O segurado que exerce mais de uma atividade é filiado obrigatoriamente à previdência social em relação a todas elas.

III - A inscrição de segurado, para os efeitos da previdência social, é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no RGPS. Dá-se por meio de comprovação de dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis à sua caracterização ou por meio do recolhimento da primeira contribuição efetuada através do Número de Identificação do Trabalhador no PIS/PASEP.

IV - Todos os segurados serão identificados pelo Número de Identificação do Trabalhador/NIT, que será único, pessoal e intransferível, independente de alterações de categoria profissional.

Estão corretos:

- a) Os itens I, II e III.
- b) Os itens II, III e IV.
- c) Os itens I, II e IV.
- d) Os itens II e IV.
- e) Todos os itens.

22. O segurado tem prazo para requerer a revisão do benefício previdenciário. A Previdência Social também tem prazo para anular atos administrativos relativos aos benefícios pagos. Acerca da revisão dos benefícios, assinale a alternativa incorreta:

- a) É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva, no âmbito administrativo.
- b) Não terá consequência eventual pedido de revisão de decisão indeferitória definitiva de benefício confirmada pela última instância do Conselho de Recursos da Previdência Social.

c) No caso de revisão de benefício em manutenção com apresentação de novos elementos extemporaneamente ao ato concessório, os efeitos financeiros devem ser fixados na data do pedido de revisão.

d) Sendo o benefício previdenciário uma prestação de trato sucessivo, o pedido de revisão poderá ser feito a qualquer tempo, prescrevendo apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o pedido.

e) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. A revisão iniciada dentro do prazo decadencial com a devida expedição de notificação para ciência do segurado impedirá a consumação da decadência, ainda que a decisão definitiva do procedimento revisional ocorra após a extinção de tal lapso.

23. Assinale a alternativa correta:

a) O direito de cobrar os créditos da seguridade social prescreve em 10 anos contados da sua constituição.

b) A prescrição não é interrompida pela distribuição da execução fiscal ou pela citação judicial.

c) Ocorre a suspensão do prazo prescricional para cobrança de créditos da seguridade social em caso de parcelamento da dívida.

d) O prazo prescricional para cobrança dos créditos tributários não se interrompe nem se suspende.

e) Todas estão incorretas.

24. Acerca da relação jurídica de custeio, é incorreto afirmar:

a) Com a unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, levada a efeito pela Lei nº 11.457/2007, surgiu a Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão da administração direta subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda. Pode-se dizer, assim, que, atualmente, o sujeito ativo da relação jurídica de custeio é a União.

b) O sujeito passivo é exclusivamente o segurado.

c) O contribuinte individual é sujeito passivo da relação de custeio em relação à contribuição que recolhe à União nessa qualidade.

- d) O contribuinte individual é sujeito passivo da relação de custeio, na qualidade de empresa, por equiparação, com relação à contribuição incidente sobre a folha de salários dos segurados empregados que contratou.
- e) A diarista (faxineira, arrumadeira, folguista), contribuinte individual, é responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes da prestação de serviço, sendo sujeito passivo da relação de custeio.

25. Para fins de custeio da seguridade social, empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Equipara-se a empresa, para fins de cumprimento das obrigações previdenciárias, exceto:

- a) O contribuinte individual, em relação ao segurado que lhe presta serviços.
- b) A dona-de-casa, em relação à empregada doméstica.
- c) a missão diplomática e a repartição consular de carreiras estrangeiras.
- d) A associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, inclusive o condomínio.
- e) O operador portuário e o Órgão Gestor de Mão-de-obra.

26. Acerca das contribuições previdenciárias das empresas, assinale a alternativa correta:

- a) As contribuições do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada, previstas no art. 195, I, da CF, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva da mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- b) As empresas não pagam ou recolhem contribuições previdenciárias quando tomam serviços de trabalhadores autônomos, tendo em vista que estes, como contribuintes individuais, são os responsáveis pelo pagamento e recolhimento de tais contribuições.
- c) As empresas pagam contribuições sociais sobre a receita ou o faturamento, mas não sobre o lucro.

d) As cooperativas são sujeitos passivos das contribuições patronais em relação aos segurados com os quais mantém relação empregatícia; por isso, a cooperativa de trabalho será parte na relação de custeio em relação aos serviços que seus cooperados prestarem a terceiros.

e) Não contribuem para a Previdência os empresários, equiparados a empresa, desde que possuam apenas um empregado. Ficam, todavia, responsáveis pelo recolhimento da contribuição do empregado.

27. Sobre o empregador doméstico, é incorreto afirmar:

a) É empregador doméstico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

b) Tem o dever de pagar contribuição previdenciária no percentual de 12% sobre a remuneração do empregado.

c) Está isento de contribuição previdenciária, se tiver mais de três empregados, devendo apenas fazer o recolhimento das contribuições dos empregados.

d) No período de gozo de licença-maternidade da empregada doméstica, o empregador doméstico deverá fazer o recolhimento da contribuição de que é sujeito passivo.

e) O sujeito ativo da contribuição previdenciária do empregador e do empregado doméstico é a União.

28. O trabalhador e demais segurados da previdência social contribuem para o sistema previdenciário. Tal contribuição tem como base de cálculo o chamado salário de contribuição, sobre o qual é impossível afirmar que:

a) Para os segurados contribuinte individual e facultativo, não poderá ser inferior a um salário mínimo.

b) Para os segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, não poderá ser inferior ao piso salarial legal ou normativo da categoria. Inexistindo estes, não pode ser inferior a um salário mínimo mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de efetivo trabalho durante o mês.

c) Em se tratando de menor aprendiz, o limite mínimo do salário de contribuição corresponde à sua remuneração mínima prevista em lei.

d) O salário de contribuição, qualquer que seja o tipo de segurado, não poderá ser superior ao teto máximo fixado em portaria do Ministério da Previdência Social, expedida sempre que for alterado o valor dos benefícios. Esse limite é reajustado na mesma época e pelos mesmos índices do reajustamento dos benefícios previdenciários.

e) O 13º salário, nas rescisões de contrato ocorridas antes de completado um ano de trabalho, não integra o salário de contribuição, por ser, nesta hipótese, verba de cunho indenizatório.

29. Integram o salário de contribuição, os valores referentes a:

- a) Os benefícios previdenciários, exceto o salário-maternidade.
- b) Vale-transporte.
- c) Participação nos lucros, paga nos termos da lei.
- d) Ajuda de custo paga em parcela única em virtude de transferência do local de trabalho.
- e) **Aviso prévio indenizado.**

30. Sobre o Instituto Nacional de Seguridade Social, suas atribuições e sua estrutura, é incorreto afirmar:

- a) O INSS é autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, à qual cabe promover o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.
- b) A Assessoria de Comunicação Social e a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica são órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do INSS.
- c) À Diretoria de Benefícios do INSS compete, dentre outras atribuições, gerenciar as bases dos dados cadastrais, de vínculos, de remunerações e de contribuições dos segurados da Previdência Social, com vistas ao reconhecimento automático do direito ao benefício.
- d) **À Diretoria de Atendimento compete assegurar a qualidade dos serviços prestados aos usuários do INSS, bem como gerenciar a manutenção de direitos beneficiários.**
- e) O gerenciamento e normatização das atividades de perícia médica de benefícios previdenciários é de competência da Diretoria de Saúde do Trabalhador.

31. Acerca da aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa incorreta:

- a) Concedido o benefício, o segurado tem a obrigação de submeter-se a perícia médica no INSS, a cada dois anos e de submeter-se a processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pelo INSS. Não está obrigado, porém, a procedimentos cirúrgicos e de transfusão de sangue.
- b) **Em regra, somente tem direito ao benefício o segurado que cumprir carência de 24 meses.**
- c) Entende-se por incapacidade total e permanente, para fins de concessão do benefício, aquela que impossibilite o segurado de exercer a mesma ou qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência, devidamente comprovada mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social.

- d) Não é requisito para a sua concessão que o segurado esteja antes em gozo de auxílio-doença, uma vez que a incapacidade total e permanente pode configurar-se desde logo.
- e) O termo inicial do benefício, em caso de segurado em gozo de auxílio-doença, é o dia imediato à cessação do auxílio.

32. É correto afirmar, acerca da aposentadoria por idade para os que ingressaram no RGPS após a EC nº 20/98:

- a) Atualmente, exige o cumprimento de carência de 180 contribuições mensais para o trabalhador urbano e 120 contribuições mensais para o trabalhador rural.
- b) A idade mínima para a concessão do benefício ao trabalhador urbano é 70 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher. Para o trabalhador rural, diminuem-se 5 anos.
- c) O segurado especial, para ter direito ao benefício, deve comprovar que, além de possuir idade mínima e ter efetivamente trabalhado nas lides rurais, contribuiu para a Previdência nos 12 meses anteriores ao requerimento do benefício.
- d) O trabalhador rural que comprove insuficiência de recursos financeiros terá a redução da carência para 60 contribuições mensais.
- e) **Todas estão incorretas.**

33. Analise os itens a seguir acerca dos benefícios previdenciários:

I – O salário-família não se incorpora ao salário ou ao salário de benefício.

II – A mãe adotiva não tem direito a salário maternidade.

III – Em regra, não se exige carência para a concessão de auxílio-doença.

IV – O auxílio-acidente independe de carência.

Estão corretos os itens:

- a) **I e IV.**
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

34. No RGPS, cessa a pensão por morte:

- a) para o filho pensionista, quando se emancipa ou completa 24 anos, salvo se inválido.
- b) Para a viúva pensionista, se, sendo inválida, cessar a invalidez.
- c) **Com a extinção da cota do último pensionista.**
- d) Para o filho pensionista, quando ingressa na universidade.
- e) Para a companheira pensionista após 5 anos de recebimento do benefício, se não possui filhos do instituidor.

35. Podem ser cumulativamente recebidos, no RGPS:

- a) Aposentadoria e auxílio-doença.
- b) Mais de uma aposentadoria.
- c) Salário-maternidade e auxílio-doença.
- d) Salário-maternidade e salário-família.**
- e) Mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro.

36. Acerca dos crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária, analise as assertivas:

I - Constitui crime de apropriação indébita previdenciária a conduta do empregador que deixou de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes.

II – Constitui crime de sonegação de contribuição previdenciária a conduta de deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados.

III – É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Estão corretos:

- a) Todos os itens.**
- b) Os itens I e II.
- c) Os itens II e III.
- d) Os itens I e III.
- e) Apenas o item I.

37. Acerca da renda mensal de benefício e do salário-de-benefício, assinale a alternativa incorreta:

- a) A renda mensal de benefício é a quantia que a Previdência Social destina ao beneficiário, ou seja, é aquilo que o segurado ou o dependente em gozo de benefício sacam na rede bancária.
- b) O salário-de-benefício é a média de salários-de-contribuição obtidos dentro do período denominado Período Básico de Cálculo, ou, no caso de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade (nesta última opcionalmente), a média dos salários-de-contribuição multiplicada pelo fator previdenciário.
- c) O salário-de-benefício é utilizado para calcular a renda mensal de benefício.
- d) O valor do salário-de-benefício não será inferior ao salário mínimo, nem superior ao dobro do valor do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício. (não é dobro)**
- e) O salário-de-benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário mínimo.

38. Perde a qualidade de segurado:

- a) Aquele que este em gozo de benefício previdenciário por mais de 36 meses.
- b) Em regra, o segurado que deixa de exercer atividade abrangida pela Previdência Social, após 12 meses da cessação das contribuições que vinha realizando como segurado obrigatório.
- c) O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, um mês após o licenciamento.
- d) O segurado retido ou recluso, seis meses após o livramento.
- e) O empregado que passa a perceber pensão por morte de cônjuge ou companheiro.

39. Quanto à manutenção e perda da qualidade de segurado, é correto afirmar:

- a) Durante o período de graça, as seguradas não têm direito a salário-maternidade, pois este somente é devido enquanto existir a relação empregatícia.
- b) O segurado mantém a sua qualidade, independentemente de contribuição, sem limite de prazo, quando em gozo de benefício.
- c) Os períodos de manutenção da qualidade de segurado são computados para cômputo de carência e de tempo de contribuição.
- d) No caso de fuga do segurado recolhido à prisão, usufruirá o mesmo de um período de graça de 12 meses.
- e) Quando o segurado perde tal qualidade, mesmo se o fato gerador do benefício ocorreu durante o período de graça, não terá direito ao benefício correspondente.

40. Sobre a Assistência Social, é incorreto afirmar:

- a) Será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social, atendidas as carências previstas em lei.
- b) A Assistência Social no Brasil, nos moldes em que prevista na Constituição Federal, não é meramente assistencialista, porque não se destina apenas a dar socorro momentâneo e provisório ao necessitado. Visa promover a integração e a inclusão do assistido na comunidade, fazendo com que, a partir do recebimento das prestações assistenciais, seja menos desigual e possa exercer atividades que lhe garantam a subsistência.
- c) São Organizações Não Governamentais – ONGs, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, as entidades que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por aquela lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.
- d) O financiamento da Assistência Social é feito por meio de recursos da Seguridade Social, além de outras fontes.
- e) Têm direito ao benefício de prestação continuada – BPS - a pessoa portadora de deficiência ou idosa com 65 anos de idade ou mais, que

comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. São, portanto, requisitos cumulativos a deficiência ou a idade e a necessidade.

41. Dentre as formas de provimento derivado de cargos públicos, tradicionalmente praticadas na Administração brasileira, NÃO foi recepcionada pela Constituição Brasileira de 1988 a

- a) ascensão.**
- b) promoção.
- c) readaptação.
- d) recondução.
- e) reintegração.

42. Considere as seguintes assertivas acerca da acumulação prevista na Lei n° 8.112/1990:

I. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
II. A acumulação de cargos públicos, se lícita, não está condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
III. O servidor vinculado ao regime da referida Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo em comissão, ficará sempre afastado de ambos os cargos efetivos, pois deverá exercer as atribuições do cargo em comissão.
Está correto o que consta APENAS em:

- a) II.
- b) I.**
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

43. João, servidor público civil do Poder Executivo Federal, retirou da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público. Já Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, deixou de utilizar avanços técnicos e científicos do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que

- a) nenhuma das condutas narradas constitui vedação prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- b) apenas João cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- c) apenas Maria cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- d) ambos praticaram condutas vedadas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.**
- e) João e Maria não estão sujeitos a Código de Ética; portanto, suas condutas, ainda que eventualmente irregulares, deverão ser apreciadas na seara própria.

44. Sobre a Lei nº 8.429/1992, que versa sobre os atos de improbidade administrativa é INCORRETO afirmar:

- a) Estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade os atos ímprobos praticados contra entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- b) Aquele que, não sendo agente público, se beneficie sob a forma indireta, estará sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação culposa do agente, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- e) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, independentemente do limite do valor da herança.

45. Romilda é interessada em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta. Neste processo foi intimada para comparecer em determinada diligência na véspera de sua realização. Neste caso,

- a) a Lei nº 9.784/99 foi desrespeitada, tendo em vista que a intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- b) Romilda deverá comparecer em razão da legalidade de sua intimação, uma vez que a Lei nº 9.784/99 prevê que esta poderá ocorrer até a véspera da data de comparecimento.
- c) a Lei nº 9.784/99 foi desrespeitada, tendo em vista que a intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
- d) a Lei nº 9.784/99 foi desrespeitada, tendo em vista que a intimação observará a antecedência mínima de dez dias úteis quanto à data de comparecimento.
- e) a Lei nº 9.784/99 foi desrespeitada, tendo em vista que a intimação observará a antecedência mínima de quarenta e oito horas à data de comparecimento.

46. Dentre outras hipóteses, constitui barreira à convalidação do ato administrativo:

- a) pequena irregularidade constante do ato administrativo, que não comprometa sua compreensão, como por exemplo, singelo erro de grafia.
- b) vício no elemento “forma” do ato administrativo, que não seja essencial à validade do ato.
- c) a impugnação de qualquer administrado, inclusive do que não for interessado no ato viciado.
- d) o decurso do tempo, isto é, a ocorrência da prescrição.
- e) vício sanável em determinado ato administrativo, como por exemplo, vício de competência, quando não outorgada com exclusividade.

47. Analise as seguintes proposições, extraídas dos ensinamentos dos respectivos Juristas José dos Santos Carvalho Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello:

I. O núcleo desse princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

II. No texto constitucional há algumas referências a aplicações concretas deste princípio, como por exemplo, no art. 37, II, ao exigir que o ingresso no cargo, função ou emprego público depende de concurso, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade.

As assertivas I e II tratam, respectivamente, dos seguintes princípios da Administração Pública:

- a) moralidade e legalidade.
- b) eficiência e impessoalidade.**
- c) legalidade e publicidade.
- d) eficiência e legalidade.
- e) legalidade e moralidade.

48. Eugênio, servidor público estável, perdeu o cargo por sentença judicial transitada em julgado, cuja vaga foi ocupada por Roberval que também é servidor público estável. Porém, Eugênio obteve novas provas e ingressou com ação apropriada que foi julgada procedente, sendo invalidadas a sentença judicial e a sua demissão. Segundo a Constituição Federal, Eugênio

- a) será reintegrado e, por consequência, o Roberval será promovido ao cargo de chefia.
- b) não será reintegrado porque sua vaga já está ocupada por Roberval. Eugênio será obrigatoriamente posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sem direito a indenização.
- c) não será reintegrado porque sua vaga já está ocupada por Roberval e, nesse caso, Eugênio será obrigatoriamente aproveitado em outro cargo, sem direito a indenização.
- d) será reintegrado e o Roberval será mantido no mesmo cargo, sendo vedada sua recondução.
- e) será reintegrado e o Roberval, ocupante da vaga, por ser estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.**

49. É preciso corrigir, devido à má estruturação, a redação da seguinte frase:

- a) Não se sabe a quem ocorreu a ideia, uma vez que condomínios de luxo certamente não combinam com sucata, de que usaram como base de anúncio.**
- b) Alguém, num momento infeliz, teve a lamentável ideia de usar carros velhos como suporte de propaganda para a venda de imóveis de luxo.

- c) Definitivamente, quem procura imóvel com espaço *gourmet* ou depósito de vinho individual não se deixará atrair pela propaganda apoiada num velho Opala de cor berrante.
- d) Os homens-placa ficam ensanduichados entre tábuas ou pranchas de metal, transportando-as pelas ruas reduzidos à condições de suporte.
- e) Sensibilizou-se o autor do texto com a condição humilhante desses homens e mulheres-placa, tratados como se fossem coisas, destituídos de sua humanidade.

50. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:

- a) Destinam-se aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.
- b) As duas tábuas em que se comprimem o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como “compro ouro”.
- c) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.
- d) Ao se revogarem o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.
- e) Não sensibilizavam aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

51. Das seguintes informações:

- Não vou ficar triste.
- Se macacos não comem bolotas, então as árvores dão frutos.
- Se as árvores não dão frutos, então esquilos hibernam no inverno.
- Se macacos comem bolotas e esquilos hibernam no inverno, então vou ficar triste.

Podemos concluir que:

- a) vou ficar triste.
- b) macacos não comem bolotas
- c) esquilos hibernam no inverno
- d) as árvores dão frutos
- e) macacos comem bolotas

52. Na cidade de Itapipoca, alguns animais são realmente estranhos. 10% dos cães pensam que são gatos e 10% dos gatos pensam que são cães. Todos os outros cães e gatos são perfeitamente normais. Certo dia, todos os cães e gatos de Itapipoca foram testados por um psicólogo, verificando-se então que 20% deles pensam que são gatos. Portanto, a porcentagem de animais que eram realmente gatos é de

- a) 8,5%
- a) 10%
- b) 12,5%
- c) 14%
- d) 15,5%

53. Tecnologia de multimídia distribuída em uma rede, através de pacotes. Frequentemente utilizada para distribuir conteúdo multimídia através da Internet. Trata-se de

- a) spanning ou wmv.
- b) streaming ou fluxo de mídia.**
- c) portal de conteúdo e RSS.
- d) navegador internet e mpg.
- e) provedor de acesso à internet e avi.

54. Quando um navegador de Internet comunica-se com servidores Web, através do endereço `cursoagoraepasso.com.br`, está envolvido neste processo, dentre outras coisas, um determinado protocolo. Ao recebe os arquivos enviados pelos servidores Web do *agora eu passo*, o cliente web interpretar uma determinada linguagem. Indique o item que contém aquele protocolo e esta linguagem, respectivamente

- a) SMTP e HTML.
- b) FTP e FTP.
- c) POP E HTML.
- d) SMTP e FTP.
- e) HTTP e HTML.**

55. A inviolabilidade do sigilo de dados complementa a previsão ao direito à intimidade e à vida privada, sendo ambas as previsões regidas pelo princípio da

- a) igualdade
- b) eficiência
- c) impessoalidade
- d) exclusividade**
- e) reserva legal

56. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo, além de outra hipótese, no caso de

- a) tráfico de drogas
- b) tortura
- c) racismo
- d) terrorismo
- e) transgressão militar, definida em lei**

57. O direito à vida

- a) não proíbe a pena de morte
- b) contempla o direito a uma vida digna**
- c) admite o aborto
- d) contempla a eutanásia
- e) não abrange o direito de continuar vivo

58. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, de acordo com o disposto na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) O direito à igualdade significa tratar igual os iguais e desiguais os desiguais, na exata medida de suas desigualdades
- b) A liberdade de manifestação de pensamento não veda o anonimato nas hipóteses estabelecidas pelo legislador infraconstitucional.**

- c) Ninguém pode ser privado dos seus direitos por motivo de crença religiosa, salvo se as invocar para eximir-se do cumprimento de obrigações legais.
- d) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador.

59. Constitui direito fundamental da primeira dimensão:

- a) a democracia
- b) o pluralismo
- c) a paz
- d) a comunicação
- e) a liberdade individual

60. Sobre os direitos e deveres fundamentais, é INCORRETO afirmar:

- a) Os direitos humanos são consagrados por tratados internacionais e por convenções.
- b) Garantias fundamentais são instrumentos pelos quais se assegura o pleno exercício dos direitos fundamentais.
- c) As garantias protegidas por cláusula pétrea são somente aquelas elencadas no catálogo de direitos individuais.
- d) A pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direitos fundamentais.
- e) Em determinadas situações, a garantia pode ser a própria norma que assegura o direito.

OBS.: O gabarito será disponibilizado no dia 25/12. Os comentários serão disponibilizados no dia 26/12, EXCLUSIVAMENTE para os alunos regularmente matriculados no preparatório para o INSS.